



COMISSÃO DO ESPORTE

REQUERIMENTO Nº

DE 2025

(Da Sra. Deputada Federal Laura Carneiro)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão do Esporte, para debater a arrecadação das apostas esportivas legalizadas e seus impactos no financiamento do esporte nacional.

Senhora Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e, na forma dos artigos 24, III e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, REQUEIRO a realização de **audiência pública** nesta **Comissão do Esporte** com o objetivo de discutir a **arrecadação proveniente das apostas esportivas legalizadas**, sua destinação e os impactos no financiamento do esporte nacional.

Para tanto, proponho que sejam convidados os seguintes representantes:

1. Representante da **Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte**, do **Ministério do Esporte**;
2. Representante da **Secretaria de Prêmios e Apostas**, do **Ministério da Fazenda**.

JUSTIFICAÇÃO

A regulamentação das apostas esportivas de quota fixa, por meio da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, representou um avanço significativo na consolidação de um novo mercado no país, com potencial expressivo de arrecadação e impacto direto sobre o setor esportivo. A legislação prevê que parte da receita obtida com as apostas seja destinada ao fomento do esporte nacional, constituindo uma fonte relevante de financiamento para políticas públicas voltadas à formação de atletas, ao apoio a competições e à infraestrutura esportiva. Estima-se que a arrecadação com a regulamentação desse setor possa atingir cifras bilionárias, com projeções que variam de R\$ 6 bilhões a R\$ 12 bilhões anuais¹, dependendo da maturidade do mercado e da adesão das empresas às regras estabelecidas

¹ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/07/governo-federal-anuncia-a-regulamentacao-do-mercado-de-apostas-esportivas>





No entanto, apesar da recente entrada em vigor da regulamentação, ainda há muitas incertezas sobre os mecanismos efetivos de arrecadação, fiscalização e repasse desses recursos. Além disso, a regulamentação busca assegurar a integridade esportiva, combater manipulações de resultados e promover o desenvolvimento econômico do esporte por meio de políticas públicas específicas. Contudo, há desafios persistentes na fiscalização, distribuição dos recursos arrecadados e proteção dos apostadores contra possíveis abusos. Para isso, é essencial ouvir os principais atores envolvidos na formulação e execução dessas políticas para garantir maior transparência e eficiência.

A realização da audiência pública permitirá esclarecer questões importantes, tais como:

1. Quais são os valores arrecadados até o momento com a legalização das apostas esportivas;
2. Como está estruturado o modelo de distribuição dos recursos destinados ao esporte;
3. Quais instrumentos de transparência, controle social e prestação de contas estão sendo adotados;
4. Como as instâncias governamentais envolvidas — em especial o Ministério da Fazenda e o Ministério do Esporte — têm atuado de forma integrada para garantir a efetividade da política pública prevista na legislação.

Nesse sentido, essa audiência pública visa fomentar um debate qualificado sobre os impactos econômicos das apostas esportivas legalizadas no Brasil e suas implicações para o desenvolvimento do esporte nacional. E acreditamos que será uma oportunidade para que esta Comissão exerça seu papel fiscalizador e propositivo, contribuindo para o aprimoramento da regulamentação infralegal e da implementação prática dessa política pública.

Diante da relevância do tema e do potencial impacto positivo no desenvolvimento do esporte nacional, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 31 de março de 2025.

Deputada Federal Laura Carneiro

